



EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO



10º ANO | ENSINO SECUNDÁRIO

HISTÓRIA B

INTRODUÇÃO

As Aprendizagens Essenciais (AE) constituem a referência nacional comum para aquilo que todos os alunos devem aprender ao longo da escolaridade obrigatória. Representam um núcleo fundamental de conhecimentos, capacidades e atitudes que cada disciplina deve assegurar, funcionando como um denominador curricular comum, sem esgotar o conjunto total de aprendizagens possíveis. Embora obrigatórias não limitam a possibilidade de aprender mais. As AE deixam espaço para que cada escola e cada aluno possam aprofundar conteúdos e desenvolver competências adicionais.

Enquanto documentos de orientação curricular, as AE servem de base à planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem. Contribuem diretamente para o desenvolvimento das áreas de competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Por essa razão, constituem, juntamente com o Perfil, o referencial para a avaliação externa.

Organizam-se em três componentes fundamentais:

1. O que os alunos devem saber – conteúdos estruturados, indispensáveis, articulados concetualmente, relevantes e significativos;
2. Como devem pensar e trabalhar para aprender – processos cognitivos e operações essenciais à aquisição do conhecimento;
3. Como devem mostrar o que aprenderam – o “saber fazer”, aplicado dentro de cada disciplina e em articulação horizontal com as restantes.

Em síntese, as Aprendizagens Essenciais asseguram que o currículo é claro, coerente e acessível, combinando conteúdos sólidos com processos cognitivos que permitem aos alunos compreender, aplicar e aprofundar o que aprendem.

As AE de **História B** identificam os conhecimentos, as capacidades e as atitudes que os alunos do Curso de Ciências Socioeconómicas, ou os alunos de outros cursos, nos termos da legislação aplicável, devem desenvolver em História, no Ensino Secundário. A sua definição tem como objetivo assegurar aos jovens uma formação sólida e orientada para o desenvolvimento de competências com elevado grau de transferibilidade, que possibilitem a aprendizagem ao longo da vida e desempenhos adequáveis a novas situações, seja o prosseguimento de estudos, seja a inserção no mercado de trabalho.

O objeto e o método próprios da disciplina de História B contribuem para a consecução do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PA): recorrendo à multiperspetiva e a paralelismos entre realidades espaço-temporais distintas, o aluno adquire a compreensão do mundo atual e uma consciência histórica que o capacita para construir a sua identidade individual e coletiva, num quadro humanista.

As AE são a base curricular para em articulação com outros documentos curriculares se planificar, realizar e avaliar o que se considera ser essencial que os alunos aprendam. O carácter de “essencial” destas aprendizagens define a prioridade do que deve ser compreendido. Não esgota, antes requer, o que pode ser mobilizado e apreendido para reforço desse conhecimento essencial, nomeadamente aprendizagens decorrentes de interesses e necessidades dos alunos para a compreensão quer das realidades locais e regionais, quer da sua ligação com a compreensão do global.

A disciplina de História B do 10.º ano propõe-se analisar os dinamismos económicos europeus nos séculos XVI a XVIII, do Antigo Regime à afirmação do Liberalismo, as formas de expansão e disseminação assumidas pela ideologia liberal nos séculos XVIII e XIX e a caracterização da civilização industrial.

Este documento estrutura-se em torno de **quatro eixos organizadores**:

- valorização do conhecimento histórico decorrente de uma construção rigorosa que resulta da produção de inferências a partir da confrontação multiperspetivada de fontes e de hipóteses;
- opção pela abordagem de aspetos significativos da evolução da humanidade, integrando linhas de reflexão problematizadoras das relações entre o(s) passado(s) e o(s) presente(s);
- desenvolvimento de referentes seguros que possibilitem a compreensão das grandes questões nacionais e dos problemas decorrentes da globalização;
- preferência por uma ação educativa alicerçada na metodologia da ciência da História, que envolve os alunos na construção do conhecimento, permitindo aprofundar o pensamento e o conhecimento histórico, integrar componentes locais no currículo e promover explorações interdisciplinares.

AVALIAÇÃO

A avaliação é intrínseca ao ensino e à aprendizagem e deve, por isso, assumir-se como um processo contínuo e integrado que regula o progresso das aprendizagens e orienta a prática pedagógica.

A investigação em educação tem vindo a evidenciar que a avaliação se desenvolve numa relação entre o professor, o aluno e os seus pares, em diferentes momentos do processo de aprendizagem. Partindo da identificação de três questões centrais, identificar onde os alunos se encontram no seu percurso de aprendizagem, para onde devem progredir e que estratégias podem apoiar esse progresso, identificam-se cinco estratégias-chave para a implementação, com sucesso, da avaliação para a aprendizagem:

- clarificar, compreender e partilhar os objetivos de aprendizagem e os critérios de sucesso (critérios de avaliação/verificação do sucesso);
- promover o diálogo, bem como realizar atividades e tarefas eficazes que permitam recolher informação sobre a aprendizagem;
- dar *feedback* que promova o desenvolvimento da aprendizagem;
- promover a aprendizagem entre pares;
- implicar os alunos como agentes da sua aprendizagem.

As práticas em sala de aula, decorrentes da implementação destas estratégias-chave, podem ser consideradas formativas, na medida em que a informação sobre o desempenho dos alunos, sustentada em evidências recolhidas no decurso das atividades realizadas, é interpretada e utilizada por professores, alunos ou pelos seus pares com o objetivo de apoiar decisões pedagógicas fundamentadas sobre os próximos passos no processo de ensino e aprendizagem.

Ao fomentar uma avaliação pedagógica contínua e integrada, em que o aluno é encarado como agente da aprendizagem, reforça-se a intencionalidade pedagógica do ensino, promovendo a avaliação não apenas das aprendizagens, mas sobretudo para as aprendizagens.

A avaliação para a aprendizagem decorre da utilização de informação recolhida através de instrumentos diversificados e da observação, muitas vezes informal, dos desempenhos dos alunos nas atividades diárias da sala de aula, não se constituindo como uma tarefa burocrática que implique o registo sistemático de toda a informação relativa a esse desempenho. Tanto a avaliação formativa (sistemática e contínua) como a avaliação sumativa (que permite fazer um ponto de situação sobre o que os alunos aprenderam num dado intervalo de tempo ou unidade didática) devem ser coerentes e intencionais, contribuindo para uma avaliação pedagógica consistente. Neste pressuposto, também os resultados da avaliação externa devem ser utilizados com intenção pedagógica e permitir aos alunos e aos professores melhorar o ensino e a aprendizagem.

Com o objetivo de apoiar os processos de avaliação pedagógica, interna e externa, foram introduzidos, nos documentos das Aprendizagens Essenciais (AE) de cada disciplina, descritores de desempenho organizados por domínio e por nível de desempenho (*Desempenho Proficiente* e *Desempenho Avançado*), que se constituem como o referencial nacional para a avaliação dos alunos. Salienta-se que o que deve ser aprendido por todos os alunos, em cada disciplina, é o constante do quadro “Operacionalização das Aprendizagens Essenciais”. Com a introdução destes dois níveis de desempenho, estabelece-se um referencial comum, salvaguardando-se simultaneamente a autonomia das escolas para a (re)definição de critérios e para o (re)ajustamento de instrumentos de recolha de informação sobre as aprendizagens.

Os descritores de desempenho constituem referenciais que permitem identificar e caracterizar diferentes níveis de desenvolvimento das aprendizagens dos alunos. Estes descritores apoiam a interpretação do desempenho escolar e promovem padrões elevados de qualidade na consolidação do conhecimento e no desenvolvimento de competências.

No exercício da sua autonomia, as escolas e os professores tomam estes descritores como referenciais para apoiar a definição dos critérios de avaliação e a construção de instrumentos de recolha de informação ajustados ao contexto educativo e às especificidades de cada disciplina. A partir destes referenciais, as escolas definem critérios que orientam a apreciação do trabalho realizado pelos alunos, garantindo que a avaliação se centra na qualidade da mobilização dos conhecimentos e das competências desenvolvidas ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

Neste enquadramento, os descritores apresentados para cada domínio permitem identificar diferentes níveis de desempenho evidenciados pelos alunos nas tarefas realizadas em contexto de aprendizagem. A sua interpretação pressupõe uma análise global do trabalho dos discentes, considerando a compreensão dos temas em estudo, a capacidade de selecionar, organizar e utilizar informação relevante, de aplicar conceitos e procedimentos adequados e de mobilizar o que foi aprendido nas tarefas propostas, demonstrando domínio das AE. No nível de desempenho **Proficiente**, observa-se uma utilização adequada, consistente e segura dos conhecimentos e das competências em diferentes situações de trabalho escolar, o que possibilita a explicação de fenómenos ou processos, a interpretação de informação e a resolução de tarefas com base no que foi aprendido.

No nível de desempenho **Avançado**, os alunos demonstram uma mobilização mais autónoma, rigorosa e integrada desses conhecimentos e dessas competências. Analisam, interpretam e relacionam informação de forma crítica, utilizam conceitos com rigor e articulam diferentes saberes para explicar fenómenos ou processos de forma fundamentada, revelando maior capacidade de análise, de integração da informação e de aplicação das aprendizagens em diferentes contextos.

Os descritores não substituem os critérios de avaliação definidos pelas escolas, mas constituem um referencial comum que visa apoiar os professores na apreciação do desenvolvimento das aprendizagens, na comunicação do desempenho dos alunos e na tomada de decisões pedagógicas orientadas para aprendizagens de qualidade.

Com o propósito de promover a transparência e o envolvimento no processo de aprendizagem, a explicitação e clarificação dos critérios de avaliação de escola junto dos alunos e dos encarregados de educação assumem particular importância, pois favorecem a compreensão e a apropriação dos princípios de uma avaliação centrada na aprendizagem.

Os processos cognitivos que a disciplina de **História A** visa desenvolver, ao longo do ensino secundário, contribuem para a promoção de uma cultura de autonomia e responsabilidade, conforme preconizado no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA). Neste sentido, consideram-se como domínios de avaliação da disciplina: **interpretação de fontes históricas para a construção de evidência histórica; compreensão contextualizada das realidades históricas; comunicação em História: narrativa histórica.**

Na aprendizagem da disciplina de História B deve privilegiar-se o desenvolvimento de tarefas de aprendizagem, em que na realização das mesmas, o professor estimule o raciocínio histórico para a resolução de problemas, partilhando informações com o aluno acerca do que este já construiu em termos de conhecimento (*feedback*) e acerca de possíveis formas de resolução de problemas (*feedforward*), evitando ser o professor a dar “respostas prontas”. Tal não obsta a que possa recorrer a questionários de resposta fechada/única (ex.: *quizz*) para verificação rápida da compreensão em pontos essenciais de articulação entre a informação selecionada e os conhecimentos mobilizados.

Dada a natureza do pensamento histórico deve haver abertura para a avaliação de respostas diversas para uma mesma questão desde que devidamente sustentadas em evidência histórica. É também fundamental não esquecer que a planificação, a realização e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, que tem de ser inclusivo, deve ter como ponto de partida as ideias dos alunos (fragmentadas, alternativas, senso comum, aproximadas ou históricas), porque podem ser um contributo ou um entrave a uma aprendizagem com sentido, ancorada num processo metacognitivo.

Apresenta-se um conjunto de elementos para servirem de base a uma avaliação orientada para as aprendizagens:

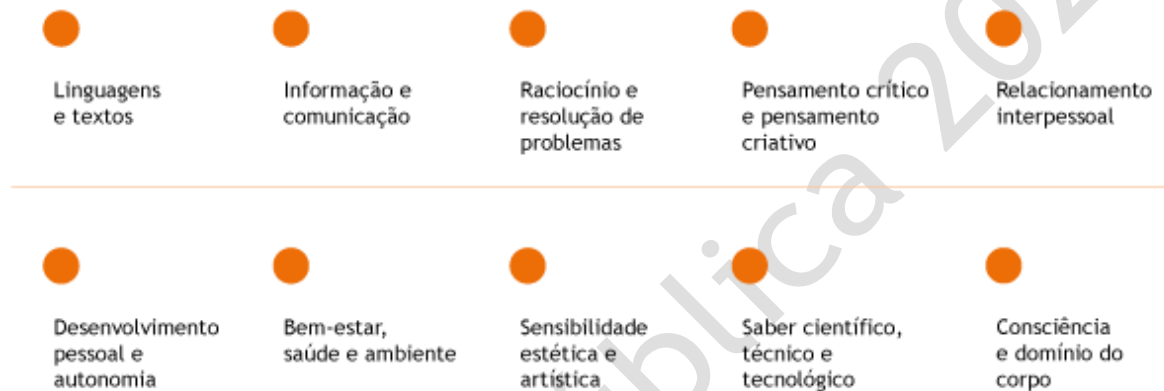
- seleção (e pesquisa) de informação (níveis de autonomia e investigação na seleção/pesquisa e níveis de relevância e pertinência da informação);
- tratamento da informação selecionada em fontes para a construção da evidência histórica (distinguir níveis de reprodução/citação, interpretação e compreensão);
- articulação entre a informação selecionada e os conhecimentos tendo em atenção, por exemplo, o contexto cronológico e espacial, bem como, a multiplicidade de fatores e ação de indivíduos/grupos (níveis de inferência, mobilização de conhecimentos e compreensão);

- problematização e crítica tendo em atenção, por exemplo, a distinção entre opinião e facto, o cotejo de pontos de vista e perspetivas (níveis de compreensão e reflexão/indagação);
- construção da narrativa histórica (distinguir níveis de reprodução/cópia, descrição e explicação) sustentada explicitamente em evidência histórica.
- comunicação/apresentação à turma/escola (níveis de criatividade);
- autoavaliação das aprendizagens (metacognição).

Domínio de avaliação	Nível	Descritor de desempenho
Interpretação de fontes históricas diversas para a construção da evidência histórica	Avançado	▪ Analisa criticamente fontes históricas de diferentes tipos, avaliando a sua origem, contexto de produção, intenções dos autores e perspetivas que expressam. ▪ Confronta informação proveniente de diferentes fontes e utiliza-a para fundamentar interpretações consistentes e criticamente sustentadas sobre acontecimentos ou processos históricos.
	Proficiente	▪ Interpreta fontes históricas considerando características, origem e contexto de produção. ▪ Identifica informação relevante para a compreensão de acontecimentos ou processos históricos.
	Avançado	▪ Explica processos históricos articulando diferentes contextos e escalas de análise e relacionando múltiplos fatores explicativos. ▪ Integra diferentes perspetivas na interpretação dos acontecimentos, reconhecendo a complexidade dos processos históricos.

Domínio de avaliação	Nível	Descritor de desempenho
Compreensão contextualizada das realidades históricas	Proficiente	▪ Situa acontecimentos e processos históricos no seu contexto temporal e espacial, identificando mudanças, permanências e relações de causalidade. ▪ Explica fenómenos históricos mobilizando fatores políticos, sociais, económicos ou culturais relevantes.
Comunicação em História: narrativa histórica	Avançado	▪ Constrói narrativas históricas estruturadas e fundamentadas, articulando informação proveniente de diferentes fontes e apresentando interpretações consistentes sobre acontecimentos e processos históricos, recorrendo a conceitos históricos adequados.
	Proficiente	▪ Organiza informação histórica de forma clara e coerente, construindo explicações sobre acontecimentos ou processos históricos com base em informação relevante e conceitos históricos adequados.

ÁREAS DE COMPETÊNCIAS DO PERFIL DOS ALUNOS (ACPA)



OPERACIONALIZAÇÃO DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS (AE)

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
Dinamismos económicos da Europa nos séculos XVI a XVIII	A fachada Atlântica - Lisboa, Sevilha e Antuérpia - reconhecer no império português o primeiro poder global naval, destacando a sua componente comercial; - demonstrar que as novas rotas de comércio intercontinental promoveram a circulação de pessoas e produtos, influenciando os hábitos culturais a uma escala global; - relacionar a prosperidade das potências coloniais com o tráfico de seres humanos e a sua escravização, principalmente no espaço transatlântico; - relacionar o equilíbrio político internacional com o domínio de espaços coloniais; - relacionar as transformações económicas ocorridas em Portugal nos séculos XVII e XVIII com a condição de subordinação das suas áreas coloniais; - identificar/aplicar os conceitos: economia pré-industrial; exclusivo colonial; comércio triangular; pessoa escravizada; tráfico de seres humanos. A hegemonia económica britânica - reconhecer, nas práticas mercantilistas, modos de afirmação das economias nacionais;	Promover estratégias para: - indagar as ideias prévias dos alunos e diagnosticar o conhecimento acerca das realidades a estudar. Promover estratégias que potenciem a interpretação de fontes históricas: - desafiar os alunos a colocar questões às fontes históricas; - colocar questões-chave às fontes históricas acerca da diversidade de suportes e de estatutos; - analisar fontes históricas com diferentes perspetivas, problematizando-as sob orientação; - confrontar ideias e perspetivas históricas distintas; - selecionar dados de fontes históricas; - situar, em representações cartográficas de diversos tipos, os locais referentes a acontecimentos e processos históricos; - identificar informação implícita em fontes de suportes diversos; - identificar informação explícita em fontes de suportes diversos;

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
	▪ compreender que o agravamento das condições do mundo rural se relacionou com as crises económico-demográficas; ▪ explicar o carácter cíclico das crises, estabelecendo paralelismos entre crises do passado e crises atuais; ▪ justificar a formação de um mercado nacional e o arranque industrial ocorridos em Inglaterra com a transformação das estruturas económicas; ▪ contextualizar a afirmação de cidades potenciadoras de dinamismos económicos e sociais a nível regional, nacional e mundial - os exemplos de Londres e de Lisboa; ▪ identificar/aplicar os conceitos: ▪ mercantilismo; ▪ bolsa de valores; ▪ capitalismo comercial; ▪ companhia monopolista; ▪ protecionismo; ▪ balança comercial; ▪ manufatura; ▪ <i>enclosure</i>; ▪ banco de depósito; ▪ revolução industrial; ▪ mercado nacional.	relacionar o contexto da produção das fontes com as intenções e os objetivos dos seus autores; ▪ formular hipóteses de explicação sustentadas em evidência histórica; ▪ analisar as informações retiradas das fontes, relacionando-as para sustentar as hipóteses formuladas ou produzir novas conjecturas; ▪ situar cronologicamente acontecimentos e processos históricos. Promover estratégias que potenciem a Compreensão Contextualizada: ▪ localizar os espaços relevantes atendendo ao cruzamento de múltiplas interações (culturais, políticas, económicas ou sociais); ▪ enquadrar as realidades humanas em períodos históricos; ▪ analisar ritmos e intensidades nos processos históricos; ▪ identificar mudanças e permanências na ação humana; ▪ pesquisar informação histórica, de forma orientada, através de meios diversificados; ▪ desenvolver o sentido crítico na seleção; ▪ debater as relações entre o passado e presente;

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
	Portugal no contexto da ascensão económica da Inglaterra ▪ analisar a forma como o Estado português organizou as forças produtivas do reino e do Brasil; ▪ contextualizar as primeiras medidas mercantilistas, nomeadamente a instalação de manufaturas; ▪ analisar as questões levantadas com a aplicação do tratado de Methuen, nomeadamente as relacionadas com o desenvolvimento da política manufatureira; ▪ relacionar a política económica e social pombalina com a prosperidade comercial de finais do século XVIII; ▪ Identificar/aplicar os conceitos: ▪ mobilidade social; ▪ época moderna; ▪ crise.	▪ relacionar as realidades do passado com as do presente; ▪ problematizar o papel do património (material e imaterial) como construção social para a compreensão dos processos históricos; ▪ situar, em representações cartográficas de diversos tipos, os locais referentes a acontecimentos e processos históricos; ▪ contextualizar diversas formas de organização do espaço com os elementos naturais e humanos; ▪ articular a história e do património local e regional com a história nacional; ▪ compreender as dinâmicas entre a história nacional e a história europeia e/ou global; ▪ compreender que os acontecimentos e processos históricos são influenciados por fatores múltiplos; ▪ compreender que as produções artísticas são influenciadas por fatores múltiplos; ▪ distinguir na ação humana motivações e interesses; ▪ analisar o papel de condições e das causas nos processos históricos.

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
		Promover estratégias que potenciem a Comunicação em História: - organizar a evidência histórica num quadro explicativo consistente; - explicar as ações humanas e os processos históricos atendendo à multitemporalidade e à multiplicidade de fatores explicativos sustentados em evidência histórica; - analisar os diferentes tipos de mensagem presentes na narrativa (complementar, convergente, divergente...).
Do Antigo Regime à afirmação do Liberalismo	A crítica da monarquia absoluta e as origens da ideologia liberal - analisar a articulação entre o Estado absoluto e a sociedade de ordens; - reconhecer que o poder social da burguesia em finais do século XVIII resultou de dinamismos mercantis e da aliança com a coroa, num quadro de fortalecimento do poder régio; - analisar os parlamentarismos holandês e inglês; - examinar o fenómeno revolucionário oitocentista, enquanto afirmação da supremacia do princípio da soberania nacional sobre o da legitimidade dinástica;	Promover estratégias para: - indagar as ideias prévias dos alunos e diagnosticar o conhecimento acerca das realidades a estudar. Promover estratégias que potenciem a Interpretação de fontes históricas: - desafiar os alunos a colocar questões às fontes históricas; - selecionar dados de fontes históricas; relacionar o contexto da produção das fontes com as intenções e os objetivos dos seus autores.

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
	▪ Identificar/aplicar os conceitos: ▪ Antigo Regime; ▪ monarquia absoluta; ▪ parlamento; - ordem/Estado; ▪ sociedade de corte; ▪ iluminismo; ▪ contrato social; ▪ nacionalismo. A implantação do liberalismo em Portugal ▪ analisar a interação dos fatores que convergiram no processo revolucionário português e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834); ▪ relacionar a desarticulação do sistema colonial luso-brasileiro e a questão financeira com a transformação do regime; ▪ compreender a importância da legislação de Mouzinho da Silveira para o novo ordenamento económico-social; ▪ identificar/aplicar os conceitos: ▪ revolução de 1820; ▪ monarquia constitucional; ▪ carta constitucional; ▪ vintismo; ▪ cartismo; ▪ setembrismo;	Promover estratégias que potenciem a Compreensão Contextualizada: ▪ debater acerca da relevância da ação de indivíduos e/ou grupos no desenrolar dos acontecimentos e processos históricos; ▪ identificar diferentes dimensões de causas e consequências nos processos históricos; ▪ explicitar os diversos tipos de relações de causalidade e de consequência; ▪ analisar o papel da multitemporalidade das causas e das consequências nos processos históricos; ▪ debater acerca da relevância das causas e das consequências nos processos históricos; ▪ cruzar a informação sustentada nas fontes com o quadro explicativo dos processos históricos; ▪ mobilizar conhecimento desenvolvido para testar a validade das hipóteses de explicação dos processos históricos; ▪ problematizar o carácter provisório do conhecimento em História (à luz de novas fontes e interpretações).

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
	▪ cabralismo; ▪ Estado laico; ▪ sufrágio censitário; ▪ liberalismo económico; ▪ época contemporânea;	Promover estratégias que potenciem a Comunicação em História: ▪ organizar de forma sistematizada a leitura e a escrita; ▪ elaborar esquemas em diferentes suportes (oral, escrito, gráfico, plástico, digital...), cruzando a informação sustentada nas fontes históricas; ▪ organizar a evidência histórica num quadro explicativo consistente; ▪ organizar a narrativa em diferentes suportes (oral, escrito, gráfico, plástico, digital...) mobilizando conceitos operatórios e metodológicos da História; ▪ sistematizar a evidência histórica construída; ▪ construir sínteses com base em evidência sustentada nas fontes históricas; ▪ debater acerca da validade de diferentes quadros explicativos multiperspetivados dos processos históricos.
Civilização industrial - economia e	As transformações económicas na Europa e no Mundo ▪ compreender que a expansão industrial se relacionou com o carácter cumulativo dos progressos técnicos e energéticos e com a racionalização do trabalho;	Promover estratégias para: ▪ indagar as ideias prévias dos alunos e diagnosticar o conhecimento acerca das realidades a estudar.

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
sociedade; nacionalismos e choques imperialistas	- reconhecer as características das crises do capitalismo liberal, nomeadamente o seu carácter cíclico; - problematizar os desfasamentos cronológicos da industrialização e as relações de domínio ou de dependência de diferentes áreas geográficas; - relacionar a divisão internacional do trabalho com o capitalismo industrial e com o colonialismo; - identificar/aplicar os conceitos: - progressos cumulativos; <i>cartel</i>; <i>trust</i>; <i>holding</i>; <i>taylorismo</i>; - standardização; - livre-cambismo. A afirmação da sociedade industrial e urbana - relacionar a expansão da indústria, do comércio e da banca com a posição dominante da burguesia e com a formação das classes médias; - inferir que o movimento operário decorreu dos problemas sociais surgidos com o capitalismo industrial; - identificar/aplicar os conceitos: - sociedade de classes; - proletariado;	Promover estratégias que potenciem a Interpretação de fontes históricas: - desafiar os alunos a colocar questões às fontes históricas; - desafiar os alunos a colocar questões às fontes históricas acerca da diversidade de suportes e de estatutos; - analisar fontes históricas com diferentes perspetivas problematizando-as sob orientação; - confrontar ideias e perspetivas históricas distintas; - selecionar dados de fontes históricas; relacionar o contexto da produção das fontes com as intenções e os objetivos dos seus autores. Promover estratégias que potenciem a Compreensão contextualizada: - descrever as ações humanas e os processos históricos, explicitando condições, causas e consequências, sustentadas em evidência histórica; - debater a argumentação/contra-argumentação, de forma orientada e progressivamente autónoma, presente na

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
	▪ movimento operário; ▪ socialismo; ▪ marxismo; ▪ demoliberalismo; O caso português ▪ integrar o processo de industrialização portuguesa no contexto geral, identificando os fatores de mudança e de resistência à mudança; ▪ analisar a coexistência, no espaço português, e à semelhança do que se verificava noutros espaços em industrialização, de fatores de mudança e de resistência à mudança; ▪ contrapor o livre-cambismo ao protecionismo, enquanto políticas económicas que marcaram a Regeneração (1850-80); ▪ analisar a dicotomia depressão/expansão: a crise financeira de 1880-90 e o surto industrial de final do século XIX; ▪ reconhecer que a substituição da escravização pelo trabalho forçado se relaciona com políticas económicas colonialistas e imperialistas; ▪ relacionar o esgotamento do liberalismo monárquico com o fortalecimento do liberalismo republicano;	narrativa sustentada em evidência histórica; ▪ problematizar como a compreensão contextualizada da ação humana ao longo do tempo pode contribuir para a tomada de decisão e a agência informada, responsável e humanista. Promover estratégias que potenciem a Comunicação em História: ▪ distinguir facto, opinião, ponto de vista e perspetiva em História; ▪ analisar os diferentes tipos de mensagem presentes na narrativa (complementar, convergente, divergente...); ▪ cruzar as diferentes perspetivas, atendendo à sustentação nas fontes históricas; ▪ debater sobre o contexto de produção, os interesses, as motivações e os propósitos dos autores das diversas perspetivas; ▪ problematizar a existência de diversas perspetivas na compreensão das relações passado-presente; ▪ debater sobre o contributo da multiperspetiva para a tomada de decisão e a agência informada, responsável e humanista.

ORGANIZADOR	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO
Domínio	O aluno deve ficar capaz de:	ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)
	▪ identificar/aplicar os conceitos: ▪ Regeneração; ▪ nacionalismo; ▪ imperialismo; ▪ colonialismo.	

ARTICULAÇÃO COM AS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A História B contribui para a implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento sempre que os conhecimentos, capacidades e atitudes são mobilizados de forma intencional para a compreensão crítica de realidades e desafios da sociedade. Neste sentido, o trabalho desenvolvido no âmbito das aprendizagens de História B pode favorecer uma reflexão informada sobre questões relacionadas com os Direitos Humanos, a Democracia e as Instituições Políticas, o Desenvolvimento Sustentável, a Literacia Financeira e o Empreendedorismo, a Saúde, o Risco e a Segurança Rodoviária, o Pluralismo e a Diversidade Cultural e os Media, promovendo uma participação cívica consciente, responsável e fundamentada.

No entanto, embora alguns temas ou domínios possam constituir oportunidades particularmente evidentes para esta articulação, a relação entre as Aprendizagens Essenciais e as dimensões da Educação para a Cidadania não se limita a conteúdos específicos.

As competências desenvolvidas no âmbito das aprendizagens de História B, como a análise crítica e o tratamento da informação, a interpretação de diferentes perspetivas, a argumentação fundamentada, a resolução de problemas, a comunicação de ideias, o pensamento crítico e criativo, a colaboração e a reflexão sobre diferentes realidades, constituem elementos fundamentais para a concretização dos objetivos definidos na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

Assim, com o objetivo de apoiar a articulação entre as Aprendizagens Essenciais de História B e a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, apresentam-se algumas propostas de exploração, sem prejuízo de outras que a escola, no âmbito da sua autonomia, considere pertinentes.

Paralelismos entre as formas de participação democrática dos regimes liberais e as das democracias atuais.	Democracia e Instituições Políticas	▪ Refletir, criticamente, sobre desafios atuais da democracia.
Processo de substituição da escravização pelo trabalho forçado.	Direitos Humanos	▪ Debater sobre os desafios globais e temas controversos de Direitos Humanos.
Reivindicações do movimento operário e do movimento feminista.	Direitos Humanos	▪ Análise dos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais de proteção dos Direitos Humanos.
Impacto ambiental da industrialização a longo prazo.	Desenvolvimento sustentável	▪ Analisar a relação entre as diversas dimensões (ambiental, económica, social, ...) do desenvolvimento sustentável.

Cabe ao professor de História B, em articulação com os restantes elementos do conselho de turma, tendo em consideração o projeto educativo da escola, o currículo (incluindo os projetos assumidos pelo conselho de turma) e outros aspetos que caracterizam o contexto local, definir os percursos pedagógicos mais adequados, que contribuam para a concretização da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento.